

1 **ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020**, realizada dia
3 **10/02/2020 (segunda-feira), de 9:00h às 13:00h, no auditório do INEA, Avenida**
4 **Venezuela, 110, Saúde - Rio de Janeiro/RJ.** A Assembleia Geral Extraordinária do
5 Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) do dia 10/02/2020, foi
6 iniciada pelo Coordenador José Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a
7 presença dos membros: Nelson Rodrigues dos Reis Filho (CBH Guandu), José
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim
9 Ramos (CBH Piabanha), José Paulo Soares de Azevedo (Piabanha), Marcos
10 Sant'anna Lacerda (CBH BG), Leandro Coutinho Mattos (CBH LSJ), Lício de Sá Freire
11 (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras) e João Gomes de Siqueira (CBH
12 BPS) e os convidados: Livia Soalheiro (SEAS), Adriana Saad (CILSJ), André Marques
13 (Agevap), Nathália Vilela (Agevap), Tatiana Lopes (Agevap), Caroline Lopes (Agevap),
14 Juliana Fernandes (Agevap), Hélio Vanderlei (Inea) e Zenilson Coutinho (CBH BPS) e a
15 equipe: Roberta Abreu (Agevap) e Larah Emediato Ribeiro (Agevap).

16 **Item 1. Abertura:** A Assembleia foi iniciada por **José Arimathéa**, que deu boas vindas
17 a todos e passou para o Item 2.

18 **Item 2. Discussão de estratégias para redefinir cenário atual e potencializar o**
19 **desembolso de recursos**

20 **Lício** pediu a palavra e informou que o R2R vem discutido o assunto há quatro meses
21 e que o momento histórico é propício, visto que todo os comitês vêm apresentando
22 amadurecimento quanto a projetos para o uso de recurso. Disse que via a PEC 31
23 como uma oportunidade de realizar 100% de desembolso, não mais um desembolso
24 mínimo como determinado no ano anterior, mas que com isso os comitês, delegatárias
25 e órgão gestor teriam maior desafio.

26 **Lício** trouxe propostas desenvolvidas e pediu que **Roberta** anotasse para que fossem
27 enumerados e melhor visualizados. Deu como exemplo o PROTATAR, um projeto que
28 deu certo para o desembolso dentro do R2R. Disse que ainda não houve eficácia
29 quanto à qualidade e quantidade da água, já que ainda não houve obra, mas está
30 havendo desembolso do recurso. Informou que o Comitê, assim como o CEIVAP não

31 tem pessoal disponível para acompanhar essas obras. Entrou, portanto no primeiro
32 item que seria o **Contrato de Pessoa Física por tempo Determinado**, que está
33 baseado na Resolução 184/2019 do Inea, dizendo que essa contratação deveria ser
34 imediata e que, no exemplo do PROTATAR do R2R, se dará uso ao recurso financeiro
35 e haverá recurso humano para executar.

36 Como segunda proposta, sugeriu o **Aumento do Percentual de custeio** com a
37 finalidade de ter mais contratação de recursos humanos.

38 **José Paulo** sugeriu **Aumento de contratos ou convênios com parceiros**,
39 objetivando aumentar a força de trabalho. Deu como exemplo o tempo que demora
40 uma contratação de uma empresa para fazer estudo de qualidade de água, que muitas
41 vezes subcontrata uma universidade para realizar esse estudo, concluindo que seria
42 mais rápido e eficiente já haver uma relação direta com essa instituição.

43 **Lícious** falou que há muita burocracia na AGEVAP, o que faz o tempo durante os
44 processos ser relativamente grande e propôs a **Melhoria da Eficiência Administrativa**
45 **através da utilização do SEI** (Sistema Eletrônico de Informação), já utilizado no
46 governo do Rio de Janeiro, que é obtido através de um termo de cooperação. Propôs
47 também uma **Descentralização Administrativo-Financeira**, que, junto ao aumento do
48 percentual do custeio, traria aumento do pessoal administrativo. A ideia é que alguns
49 processos que ocorrem na sede da Agevap possam ser controlados dentro das
50 secretarias dos comitês. **Lícious** também sugeriu que houvesse uma
51 **Desburocratização dos recursos de pequena monta**, visto que, ao conversar com
52 os demais comitês, percebeu que um problema geral era que muitos deixavam de
53 utilizar o recurso por ser muito burocrático.

54 **José Paulo** disse que deveria analisar a Resolução 160 do Inea para o observar os
55 impactos que poderia causar nas ideias propostas. Expôs uma experiência na qual
56 coordenou um projeto do FINEP, no qual ele poderia autorizar processos de pequenos
57 valores, o que reduzia o trabalho e o deixava mais eficiente. Disse que a proposta de
58 descentralização administrativa-financeira é válida, mas que necessitaria de
59 contratação de mais pessoal.

60 **Lícius** falou que o R2R possui três grandes programas que facilita o desembolso, mas
61 se possuíssem uma grande quantidade de pequenos processos, seria mais difícil de
62 desembolsar. Disse que os processos principais do Comitê Guandu possuem valor
63 muito maior do que de outros comitês e sugeriu que os **Processos fossem**
64 **priorizados em ordem o maior projeto de cada comitê.** Opinou que se deve parar
65 de realizar processos de pequenos desembolsos, através de parceiros ou
66 **Descentralização orçamentária,** o que acarretaria na diminuição do número de
67 processos, sendo os restantes de grande valor de desembolso.

68 **João** concordou que realizar contratação temporária ou convênios seriam as soluções
69 mais rápidas, mas discordou do aumento do percentual com custeio, se for por tempo
70 indeterminado, visto que alguns comitês não possuem recursos sobrando, que o ideal
71 seria **Desburocratizar o uso do custeio.** Disse que também discordava com a
72 priorização de processos, justificando que nesse momento deveriam todos ser
73 contemplados e que isso prejudicaria os últimos a receberem recursos.

74 **Adriana** informou que essa priorização não acontece no CILSJ, visto que são equipes
75 separadas para lidar com os dois comitês e justificou a burocracia das delegatárias,
76 dizendo que se deve aos regimentos que devem ser seguidos pelo contrato de gestão.
77 Ela apresentou uma tabela de controle de projetos de Macaé, demonstrando os
78 processos que estão em execução e os que estão a contratar e disse que o gargalo
79 que a delegatária encontra é o escopo detalhado do projeto, que precisa ser aprovado
80 pelo comitê para que não haja divergências entre o produto ou serviço pedido e o
81 contratado. Falou sobre a dificuldade no processo de contratação devido a burocracia e
82 demora, citando a dificuldade de encontrar as três empresas, mesmo que seja
83 publicado em jornal, pois as empresas acham o valor baixo. Concluiu que essa tabela
84 detalhando os prazos foi feita na finalidade de identificar onde estão ocorrendo os
85 gargalos.

86 **Maria Inês** comentou que uma vez aprovado em câmara técnica e plenária, o comitê
87 não pode mais alterar o escopo solicitado, logo acaba sendo um processo demorado,
88 por necessitar ser bem detalhado.

89 **Adriana** comentou os pontos levantados por **Lício**, informando que já contrataram
90 pessoas temporárias e que concorda com os convênios, mas que o aumento do custeio
91 depende dos comitês e deveria ser analisada. Disse que alguns pontos levantados não
92 contemplam o CILSJ e que a desburocratização seria complicada, visto que necessita
93 seguir as leis e regulamentos do contrato de gestão.

94 **André** iniciou a apresentação dizendo que se precisa viver dois momentos: o
95 desembolso de recursos da agência e os recursos que estão no Inea. Disse que a
96 Conta D tem recurso que sobrou do último ano e o que entrará nesse ano, logo a
97 prioridade é pedir esse recurso para ser enviado a delegatária. Informou que o recurso
98 do TAC está fora de risco, mas que o recurso da Conta D está sendo contemplado pela
99 PEC 31. Comentou que as propostas levantadas pelo **Lício** são importantes, mas
100 deve haver um foco imediato para realizar o desembolso, que deveria ser em
101 saneamento, visto que a lei 5234 determina gasto de 70% para esse fim, logo os
102 comitês teriam que focar em projetos e obras de saneamento urbano ou rural.

103 **André** sugeriu que o Guandu, por possuir mais recursos, poderia ter uma equipe para
104 elaborar projetos sinérgicos, que poderiam ser utilizados em todos os comitês. Disse
105 também que realizar programas de duração continuada é uma boa opção, visto que é
106 pouca utilização de recurso humano para grande desembolso. Quanto formas de
107 licitação ou repasse, disse que a Agevap utiliza todas possíveis, que hoje, projetos
108 grandes de esgotamento os valores são repassados para contas da caixa no nome no
109 município, no qual só pode ser movimentado com autorização da Agevap.

110 **André** disse que os editais de chamamento ocorrem da mesma forma que as
111 licitações, mas que ao realizar o chamamento dos municípios, se repassa 70% do
112 recurso. Outra estratégia é colocar o dinheiro em poupança pois, além do rendimento,
113 quando o Tribunal de Contas pede para fazer arresto, a caixa não é obrigada a dar as
114 poupanças. Quanto a municípios sem CAUC, **André**, disse que existe apenas a
115 possibilidade da Agevap realizar a licitação, mas que depende do parecer técnico e do
116 acordo a se fechar, pois deveria haver apoio do ministério público.

117 **André** disse que é importante traçar cronogramas, prazos e definição dos processos
118 que serão solicitados recursos. Comentou que o ideal dos projetos de esgotamento

119 sanitário é que eles sejam feitos em pedaços, pois sobrando recursos, dá para encaixar
120 um desses pedaços, por exemplo, fazer a estação e o esgoto modular e encaixar as
121 peças. Em caso de municípios que não ganharem no chamamento, ele disse que esse
122 método facilitaria pois poderia realizar algum programa, como por exemplo, realizar
123 apenas parte da rede, ou estação de tratamento. Ele destacou que não se deve abrir
124 editais para reformas, mas que pode realizar um upgrade na estação. **André** deu o
125 exemplo do Guandu, que possui aproximadamente 40 milhões de reais em conta e
126 está para entrar 29 milhões e 70% de saneamento implica na necessidade de realizar
127 programas grandes como PROSANEAR e PROTRATAR. Disse que no PROTRATAR,
128 ao acabar a obra, faz-se um acompanhamento de quatro anos do tratamento, sujeito a
129 devolução do recurso, e se mantiver funcionando, os 10% da contrapartida é devolvido
130 ao município com 2,5% ao ano.

131 **André** concluiu sua fala, reforçando que o foco do desembolso deveria ser em projetos
132 e programas de saneamento, visto que 70% do recurso deve ter essa finalidade. Disse
133 que os comitês devem levantar seus projetos e destacar os que são de saneamento,
134 aumentando o foco. Disse que além do PROTATAR, deve haver um plano B e C para
135 desembolso. Reforçou ainda a necessidade de solicitar os recursos de 2020 ao INEA.

136 **Marcos** falou que há necessidade de **estabelecer procedimentos, fluxos e rotinas**.
137 Disse que deve haver um procedimento claro de que maneira o comitê estará inserido
138 em um contrato e que a maneira de validar que os produtos solicitados e contratados
139 são compatíveis, é ainda confusa, que isso seria melhorado com procedimentos de
140 validação no qual apresenta-se o quadro resumo dos produtos que devem constar no
141 termo de referência para que os comitês ou diretorias validassem. Quanto ao termo de
142 referência, disse que tem havido fragilidade na estrutura básica, disse ainda que há
143 carência de discussão sobre a participação de instituições dos comitês participar de
144 editais e atos convocatórios, afirmando que o único segmento penalizado é a
145 sociedade civil. Concluiu que em termos de referência deve ser, portanto, mais claro a
146 possibilidade de participação do comitê.

147 **Marcos** afirmou que os comitês sabem onde se deve gastar o recurso e sabem
148 priorizar, no entanto falta estruturação e procedimentos. Comentou que em 2018

149 solicitou 3 milhões de reais para projetos de saneamento e que apenas um ano depois
150 foi assinado o repasse de 500 mil reais para realização do projeto, logo há fragilidade
151 no procedimento dessa tramitação. Quanto a assessoria jurídica das delegatárias,
152 disse que tem que haver descentralização, devendo haver uma equipe capaz de dar
153 saída a demanda que irá chegar com essa necessidade de desembolso.

154 **Marcos** disse que há carência de um **banco de dados de empresas**, o que dificulta
155 uma ampla divulgação do processo, assim como seu andamento. Comentou as
156 contratações, dizendo que elas são assinadas entre as delegatárias e a contratada,
157 mas que no mínimo **o comitê deveria ser interveniente desse contrato**, mostrando
158 qual o papel do comitê neste, pois normalmente ele só toma ciência do contrato
159 quando é publicado o ato convocatório. Disse que o prazo da execução colocado no
160 contrato o preocupa, pois se aumenta a quantidade e não agiliza esses processos, irá
161 aumentar a dificuldade. Disse que mesmo a equipe do escritório de projetos como está
162 atualmente não consegue executar todos os processos, dificultado a celeridade dos
163 projetos. Por fim, concluiu que a criação de procedimentos deixaria registrado os
164 métodos e fluxos utilizados, dando o respaldo, aos comitês que ao segui-los, estão
165 fazendo o melhor que poderiam realizar.

166 **André** comentou a fala de **Marcos**, dizendo que está faltando definição dos papéis das
167 delegatárias, comitês e órgão gestor. Disse que os comitês têm que entender que a
168 Agevap e o CILSJ são parceiros, mas que não cabia àquele momento discutir a
169 idoneidade da delegatária.

170 **João** concordou que as delegatárias devem ser parceiras de trabalho, mas que devem
171 reconhecer a fragilidade em algumas questões. Disse também que não adianta apenas
172 retirar o recurso da conta D e comprometê-lo, que deve haver um passo adiante nesse
173 processo. Afirmou que esse é um ano emblemático, com necessidade de vencer a
174 inércia após o governo reter os recursos por um período.

175 **Vera** disse que tem que haver um calendário de discussões por contratos de gestão,
176 para sanar os resíduos de dúvidas e gerar críticas e sugestões e que, além de criticar,
177 deve-se reconhecer os serviços de qualidade prestados pelas delegatárias. Disse que
178 os comitês e as delegatárias só irão construir juntos se houver essa comunicação.

179 **Lícius** disse que o êxito do R2R ocorreu devido a priorização. No momento há um
180 gargalo na Agevap já que há diversos projetos de cada comitê a serem administrados
181 pela delegatária, fazendo com que esses projetos concorram entre si. Disse que se
182 utilizando essas ideias citadas até então, acredita que poderia chegar ao desembolso
183 de aproximadamente 90%.

184 **Hélio Vanderlei** se apresentou e disse que muitas vezes o INEA não consegue
185 acompanhar os contratos e informou que eles mudaram a metodologia de
186 acompanhamento. Informou que está empenhado em entender as dificuldades entre o
187 Inea e as Delegatárias com a finalidade de melhorar essa relação e disse que precisa
188 criar sistemas que agilizem o dia-a-dia dos comitês. Disse que ao final do ano
189 questionou o plano de trabalho e as metas que cada equipe deveria cumprir,
190 exemplificando que algumas vezes poucas pessoas estão responsáveis por muitos
191 processos. Disse que solicitou à Agevap e aos comitês que em agosto analisassem os
192 contratos para que sejam feitos aditivos para o próximo ano, que devem ser analisadas
193 os programas e ações para saber quais foram as dificuldades. Como gestor do
194 contrato, seu papel é gerenciar se as delegatárias estão cumprindo as metas que foram
195 assinadas no contrato de gestão. **Hélio** afirmou que quer diálogo e construir
196 relacionamento administrativos entre o órgão gestor, delegatárias e comitês.

197 **Marcos** disse que dia 14 de janeiro a diretoria do BG se juntou ao DISEQ solicitando
198 uma reavaliação no contrato de gestão e que este deveria passar pelo comitê de bacia.
199 Sugeriu que essa construção seja iniciada até agosto e não apenas em agosto,
200 dizendo que deve ser colocado na pauta do FFCBH esse diálogo com o Inea.

201 **Vera** agradeceu a presença de **Hélio**, dizendo que é importante que ele tenha vindo de
202 um comitê, conhecendo, portanto, as necessidades destes. Disse que o comitê precisa
203 de forças e mencionou reunião que houve em Volta Redonda, cuja pauta tratava do
204 repasse dos recursos hídricos e o MPS não foi contatado. Pediu para quando houver
205 esse tipo de reunião, que fossem contatados os comitês de bacia da região, para que
206 pudesse contribuir.

207 **Hélio** disse que essa reunião citada foi apenas de secretários, não sendo uma reunião
208 para debater assuntos dos comitês de bacias e que não havia participado da pauta
209 referente aos comitês.

210 **Luís Eduardo** disse que o objetivo dessa reunião é como emergencialmente não
211 deixar que o governo federal se aproprie dos fundos dos recursos hídricos.

212 **Arimathéa** iniciou sua fala comentando as propostas, dizendo que concordava que
213 poderia se utilizar do **aumento do custeio** para desembolso, mas desde que cada
214 comitê tenha capacidade de planejar esse aumento temporário de custeio, afirmando
215 que sua preocupação, como comitê de baixa arrecadação, e que não tem a capacidade
216 financeira de sustentação de uma equipe maior. Disse que se preocupa com as
217 sugestões da agevap, pois não enxerga a delegatária como executora de obra, que
218 acredita que se um município não possui Cauc, ele não deve ser contemplado nos
219 projetos. Disse que, em seu entendimento, a Agevap pode realizar projetos, mas não
220 obras e que a prioridade do MPS é que todos os 19 municípios tenham projetos de
221 esgotamento sanitário e acredita que assim, o problema de desembolso dos 70% será
222 resolvido.

223 **Arimathéa** também afirmou que deve haver um banco, não só de empresas, mas
224 também de **especificações de materiais e serviços**, visto que novos funcionários ou
225 novos serviços podem gerar dificuldades ao realizar os termos de referência. **Lício**
226 questionou se pequenos valores como este não poderiam ser utilizados pela caixa de
227 pequena monta para evitar os processos de cotação. **Arimathéa** afirmou que ainda
228 assim seria importante possuir essas referências. Também disse que vê uma
229 dificuldade na relação com a CEF e que deveria haver uma **conversa com outros**
230 **agentes bancários**, que o sistema bancário deveria saber que está em ameaça, o que
231 geraria mais agilidade. Questionou os pareceres jurídicos da Agevap, dizendo que
232 necessita de uma **estrutura de advocacia que seja solucionadora de problemas** e
233 não que apenas aponte os erros.

234 **André** disse que seria importante que os demais comitês também especificassem qual
235 será o seu foco de trabalho para realizar esse desembolso.

236 **Arimathéa** disse que se precisa Criar um mecanismo de avaliação de equipe, que
237 embora não seja uma crítica, há equipes que são eficientes e outras nem tanto e que
238 esses mecanismos tornaria propício para intervir, avaliar e trocar a equipe.

239 **Marcos** disse que essa ideia deveria ser amadurecida quanto Fórum para se definir
240 quem irá avaliar quem, não seria eficaz, que essa avaliação deveria ser dos comitês
241 para com a delegatária.

242 **Adriana** disse que no CILSJ houve problema com equipe, mas que aplicaram o GEOR
243 (Gestão Estratégica Orientada para Resultados) do SEBRAE, que em resumo é aplicar
244 tarefas com data, prazo e responsabilidade nominal e a eficiência dos funcionários
245 seriam medidas através do cumprimento dessas atividades. Disse que é um método de
246 avaliação, acompanhamento de trabalho e também de treinamento e vem dando bons
247 resultados dentro do consórcio.

248 **Arimathéa** disse que tem que haver avaliação de ambos os lados, tanto da própria
249 agevap, quanto dos comitês. Disse também que um dos grandes problemas é a
250 demora de resposta órgão gestor e da procuradoria. Se propôs a, junto à secretaria,
251 compilar e filtrar as ideias propostas nessa reunião, propondo a revisão das
252 Resoluções. Disse também que seria interessante trazer o Ministério Público para
253 discussão sobre a regra de aplicação dos recursos, já que há resoluções que
254 norteiam a aplicação dos recursos do FUNDRHI.

255 **Marcos** disse que tem um problema concreto de desejar realizar obra em um município
256 que se nota maior fragilidade, visto que se deve chamar todos os municípios para
257 posteriormente priorizar.

258 **Juliana** explicou a necessidade de abrir edital mesmo que o comitê já tenha definido a
259 necessidade em determinada região e disse que no plano vigente não existe essa
260 priorização, mas que estão atualizando o plano e, por isso, criou a estratégia de
261 realizar editais com pontuações, mas que pode acontecer de problemas de
262 documentação faça com que a área prioritária seja excluída. Disse que na atualização
263 proposta do plano seria interessante definir essas áreas e que se deve atender a
264 necessidade de atacar essas áreas.

265 **Arimathéa** disse que precisa fazer um aporte de recursos para que o Inea tenha
266 uma equipe de revisão das outorgas para que seja possível aumentar em longo
267 prazo, as arrecadações.

268 **Lícius** disse que duas estratégias citadas poderiam ser aplicadas: o aumento do
269 custeio e a contratação de pessoal por tempo determinado. Solicitou que o texto com
270 as informações levantadas sejam enviadas para os comitês o quanto antes para que
271 sejam analisadas pelos comitês.

272 **Arimathéa** solicitou que a Agevap e o CILSJ encaminhe o saldo dos comitês para que
273 se compreenda o tamanho desafio e que seja feito um planejamento das prioridades de
274 desembolso. Ficou definido o prazo de envio até dia 14 de fevereiro, com prazo de
275 resposta dos comitês no dia 04 de março.

276 **Marcos** disse que na última reunião do GT FUNDRHI foi visto que a sétima e oitava
277 parcela foram aprovadas. A oitava parcela não terá o detalhamento dos projetos no
278 prazo. Enviou pedido à AGEVAP solicitando a informação detalhada dos projetos de
279 cada comitê a entrarem na nona e décima parcelas, mas que não recebeu. Solicitou
280 essas informações.

281 **Item 17. Encerramento.**

282 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 13h. A
283 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
284 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

José Arimathéa Oliveira

Coordenado Geral FFCBH

João Gomes de Siqueira

Coordenador Adjunto FFCBH

ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.